

Novas regras para atrair dólares

CMN afrouxa prazos de captação no exterior. Dólar fecha a R\$ 1,95, com alta de mais de 2%

BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO

Givaldo Barbosa

O Governo adotou ontem uma série de medidas para estimular a entrada de dólares no país e conter a alta das cotações. O Conselho Monetário Nacional (CMN) reduziu ontem para 90 dias os prazos mínimos para empréstimos feitos por empresas do setor público e privado no exterior. A medida é mais uma tentativa de fazer frente à fuga de dólares do país e diminuir a pressão sobre o câmbio. Além de poder pegar empréstimos no exterior por prazos mais curtos, o Governo também permitiu que os financiamentos que estão vencendo e deveriam ser quitados sejam renegociados por prazo menor, beneficiando diretamente as empresas que se endividaram em dólar e perderam com a desvalorização.

O CMN permitiu que as captações, até agora autorizadas para prazos superiores a um ano, possam ser encurtadas para três meses. O período mínimo para a rolagem de empréstimos já feitos também cai de seis meses para três meses. A mesma regra vale para as operações de "63 caipira", destinadas ao financiamento agrícola, que tinham prazo de, pelo menos, seis meses.

Medidas semelhantes a essas já tinham sido tomadas após a crise da Ásia, em outubro de 1997, e o Governo conseguiu elevar as reservas internacionais em mais de US\$ 16,4 bilhões no primeiro trimestre de 1998. Com a entrada de capital especulativo de curto prazo, a equipe econômica aumentou as reservas de US\$ 51,1 bilhões para US\$ 74,6 bilhões. Mas assim que o cenário internacional piorou, no segundo semestre do ano passado, os investidores tiraram o dinheiro do Brasil. Desta vez, entretanto, a equipe garante que a redução nos prazos não atrairá os especuladores.

— Num regime em que a banda cambial é estreita, o ingresso de capital volátil para ganhar com a diferença de juros é um jogo praticamente ganho para o investidor. Com taxas flutuantes, a volatilidade do câmbio torna-se inibidor do capital especulativo — disse o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Demosthenes Madureira Pinho Neto.

Objetivo da medida é evitar perda de reserva

O diretor não quis arriscar quanto as reservas poderão subir, mas os empréstimos do setor público e privado que vencem em fevereiro e março e que poderão ser renegociados em prazos mais curtos são de aproximadamente US\$ 8 bilhões.

A diminuição dos prazos mínimos para operações de rolagem e captação de recursos no exterior foi interpretado pelo mercado como uma tentativa de reduzir a perda de reservas e aumentar a oferta de dólares no país. Dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid) mostram que, até o fim do ano, estarão vencendo no exterior US\$ 15,9 bilhões em financiamentos. Segundo o diretor da Área Internacional do BMG, Ricardo Torres, a maioria das empresas que conseguiria vender seus papéis no mercado deve ter liquidez para honrar as operações.

O economista José Alfredo Lamy, diretor-geral da Liberal Asset Management considerou positiva a decisão de reduzir os prazos para empréstimos de empresas públicas e privadas no exterior e de permitir captações com prazo de três meses (antes tinham prazo acima de um ano). Segundo Lamy, o Governo está tentando aumentar a oferta de dólares e dar um novo fôlego para as empresas.

O economista Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC, diz que as medidas estimulam a entrada de capital especulativo, embora ele reconheça que o Governo não tinha alternativa.

O dólar voltou a subir ontem. Alguns bancos chegaram a cotar a moeda a R\$ 1,97, pela manhã, mas os negócios fecharam a R\$ 1,95, com alta de 2,09%. O fluxo de saída de divisas do país ficou em US\$ 190 milhões.



O DIRETOR da Área Internacional do BC, Demosthenes Madureira Pinho Neto, à esquerda, e Sergio Darcy, da Área de Normas, anunciam as medidas aprovadas pelo CMN